

DOS ESTUDOS DE GÊNERO ÀS TEORIAS QUEER: DESDOBRAMENTOS DO FEMINISMO E DO MOVIMENTO LGBT NA PSICOLOGIA SOCIAL

Prof^a Dr^a Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora

Desde os primeiros estudos que contemplavam a chamada “divisão dos papéis sexuais”, até os atuais estudos acerca das performances de gênero, o conceito de gênero se estabeleceu como uma categoria de análise importante nas pesquisas em ciências humanas. As perspectivas teóricas que trabalhavam com o conceito de gênero e seus pressupostos analíticos se fizeram sentir também no campo da Psicologia Social. Entretanto, a inserção do conceito de gênero na psicologia social não se processou de modo consensual e unânime, muita desconfiança e descrédito marcou sua trajetória. As psicólogas sociais feministas que introduziram o conceito nas universidades brasileiras eram comumente acusadas de estarem aderindo a um ‘modismo’ acadêmico e criando guetos nos espaços de produção de saber. A crítica feminista ao androcentrismo e ao sexismo nas ciências desdobrou-se em um amplo e incontornável debate, e fez com que os estudos feministas e de gênero encontrassem vozes dissonantes em seu caminho. Apesar disso, os feminismos, especialmente determinadas teorias e perspectivas contemporâneas, permitiram lançar críticas contundentes à ciência tradicional, moderna e positivista, da qual a própria psicologia é fruto. Tais críticas se fazem sentir em várias ramificações deste campo de saber, dentre elas, a psicologia social.

Vale lembrar que foi a antropologia, e não a Psicologia, o campo de saber pioneiro na constatação da importância da categoria gênero na análise da organização da sociedade e na vida social dos sujeitos. Foi através dos estudos sobre o parentesco e seu papel na constituição das diferentes sociedades humanas, no debate sobre a relação entre natureza e cultura, e na problematização crítica das noções essencialistas e universais sobre masculino e feminino, que a antropologia fertilizou o solo para o florescer de um novo campo: os estudos de gênero.

No contexto da Psicologia, os temas que hoje se enquadram nos estudos de gênero como, por exemplo, os relacionados às diferenças entre homens e mulheres, já eram objeto de análise há quase um século. O campo da ‘psicologia diferencial’ foi um dos que integrou as questões psicológicas relacionadas à raça e ao sexo. Na história da incorporação do gênero nos estudos da Psicologia, o pressuposto biológico prevaleceu na maioria das explicações psicológicas, naturalizando as diferenças constitutivas de homens e de mulheres.

No âmbito das teorias feministas e dos estudos de gênero, é importante destacar a predominância, nos anos 70, do uso da categoria “mulher” ou dos “estudos de mulheres”. No final da década de 80 é que surgem os estudos de gênero e ao longo da década seguinte se processa sua consolidação. As categorias “mulher”, “gênero” e “relações de gênero”, e seus desdobramentos nos diferentes contextos de estudo: “estudos das mulheres”, “estudos feministas” e “estudos de gênero”,

acontecem em diferentes momentos históricos do que se convencionou chamar de “campo intelectual feminista”. Um campo composto e atravessado por diversas tensões entre as dimensões da singularidade e da universalidade, da igualdade e da diferença, do público e do privado; um campo marcado tanto por influências acadêmicas, quanto políticas.

É neste contexto que os estudos de gênero e as teorias feministas que lhe davam corpo encontram espaço na psicologia, sobretudo, no que se refere ao lugar ocupado pela categoria gênero na análise dos processos de constituição de subjetividades. Neste sentido, as proposições sobre a relação de independência entre a identidade de gênero e o sexo, propostas pelo psicólogo, Robert Stoller, em 1968, foram um dos primeiros marcos teóricos deste debate na Psicologia. Mas com seu viés clínico de forte caráter normativo, a Psicologia manteve-se mais preocupada em analisar a gênese das diferenças sexuais e a origem dos chamados “desvios da sexualidade”, buscando compreender quais fatores originavam caracteres masculinos e femininos, entendendo seus desdobramentos no desenvolvimento da personalidade normal e tratando os possíveis desvios. A incorporação da categoria gênero pela Psicologia foi frequentemente marcada pela redução deste constructo a uma mera variável nos estudos experimentais.

A exceção neste sentido foi mesmo a psicanálise, que com sua compreensão dos processos simbólicos inconscientes na constituição do sujeito, permitiu avanços importantes na interface de análise das questões de gênero e da psique. Entretanto, o movimento de aproximação do debate gênero/psique tem sido muito mais das feministas ao encontro das psicanalistas, que no sentido contrário.

A resistência da Psicologia em incorporar a categoria gênero em suas dimensões complexas, enquanto constructo histórico, relacional e socialmente construído, é caracterizada, segundo análises da pesquisadora portuguesa Lígia Amâncio, por dois aspectos. O primeiro remete à dificuldade da psicologia experimental, historicamente dominante e considerada “mais científica”, em assumir as mulheres como pesquisadoras legítimas. O segundo aspecto se refere à incapacidade da psicologia, em seus moldes positivistas, em ouvir os problemas enunciados pelos movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista.

É fácil constatar a efetividade desta crítica. Basta acessarmos os estudos clássicos da psicologia social norte-americana, ou os estudos da chamada psicologia social psicológica, para evidenciarmos que nesta perspectiva em psicologia social também prevaleceu uma incorporação do gênero como uma mera variável. Estudos nos quais se enfatizava o caráter individual e essencializado das diferenças de gênero, reduzindo gênero à sexo. Assim, ao polarizar e naturalizar atitudes e características de acordo com o sexo, sem o aprofundamento das dimensões histórico-sociais destas questões, a psicologia acabou por reproduzir noções essencialistas de gênero. A incorporação do conceito de gênero pela psicologia em meados dos anos 60 e 70 reproduziu, portanto, o individualismo

que caracterizava a psicologia da época, o que acabou limitando sua envergadura de análise neste campo de saber.

Mas foi também em meados dos anos 70 que a Psicologia Social passou por um momento de reestruturação conceitual, procurando superar o modelo psicologizante, na tentativa de construir estratégias mais efetivas de análise psicossocial. Tal período de crise coincidiu com um momento de grande difusão das lutas feministas.

Assim, a partir do final da década de 70, as questões de gênero começam a deixar de ser consideradas pela psicologia a partir da perspectiva biológica. O foco desloca-se da biologia para o contexto, sendo o gênero resultado de processos sociais e culturais. Entendia-se que era por meio destes processos que os papéis sociais atuavam sobre o comportamento das pessoas, originando as diferenças sexuais entre elas. O que se percebe neste período é que apesar de avançar no sentido de considerar tais diferenças descoladas do organismo e vinculadas ao contexto social e à aprendizagem, estas perspectivas continuavam considerando essas diferenças como dicotômicas e atributos inerentes aos indivíduos. Portanto, até meados da década de 80 e 90 havia na Psicologia Social um predomínio das explicações intrapsíquicas nas investigações que contemplavam o gênero, acentuando a polarização das diferenças sexuais e remetendo-as sempre ao indivíduo.

A Psicologia, de modo geral, nunca escondeu a confusão que fazia entre sexo e gênero, tampouco se preocupou em problematizar a bipolaridade das categorias de sexo quando se aventurou por este campo de estudos nas primeiras décadas da segunda metade do século XX.

É apenas no fim do século que, algumas abordagens em Psicologia Social passam a dedicar um espaço de maior relevância e atenção ao gênero como um vetor constitutivo da subjetividade. E isto se deve, sobretudo, à incorporação do debate dos movimentos sociais, de modo geral, e do movimento feminista, especificamente, à pauta de objetos de investigação da Psicologia Social. A ação política empreendida por militantes e apoiadoras do feminismo torna-se então mais visível à Psicologia Social e assume um caráter libertador, próximo do que a chamada Psicologia Social Crítica buscava incorporar em seus trabalhos. Assim, as críticas feministas abriram caminho às críticas de outros movimentos emancipatórios, como o movimento LGBT. Enquanto as primeiras denunciavam o sexismo e a desigualdade nas relações de gênero, as críticas da militância LGBT voltam-se contra a heterossexualização da sociedade. Se por um lado essa proliferação vertiginosa de críticas oriundas dos movimentos sociais fertilizou o solo, para os estudos de gênero serem efetivamente contemplados pela Psicologia Social, por outro, fez com que agenda da luta também se pluralizasse: enquanto para algumas militantes e intelectuais a integração social da diversidade, numa sociedade plural, polimorfa e democrática parecia ser a perspectiva vislumbrada de transformação social; para outras (principalmente para as feministas lésbicas) a perspectiva era outra: a da separação, da especificação das demandas, de acentuação das diferenças no interior da diferença de gênero. No final do século XX, as pesquisas em

Psicologia Social no âmbito dos estudos de gênero revelavam a estreita e tensa ligação entre academia e militância, entre ciência e política.

Em torno dos anos 90, algo importante acontece: a agenda teórica dos estudos de gênero desloca-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais (homens, mulheres, gays, heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias, problematizando sua fixidez, sua separação, seus limites. Os estudos preocupam-se então em entender o jogo do poder ao redor destas categorias como processos menos binários e mais multifacetados. As políticas de identidade que orientavam fortemente o movimento feminista e o movimento LGBT nos anos 70 e 80 entram em crise nos anos 90 e revelam suas fraturas e insuficiências. É assim que se instauram proposições e formulações teóricas pós-identitárias no âmbito destes estudos, dentre as quais a mais eminente talvez seja a teoria queer.

Segundo Guacira Lopes Louro, a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação. Na Psicologia Social, podemos dizer sem medo de errar, que duas referências teóricas importantes foram vinculadas a esse campo queer: Jacques Lacan e Michel Foucault.

As proposições de Michel Foucault sobre a construção discursiva das sexualidades, vão se mostrar diretamente relevantes para a formulação da teoria queer. Da mesma forma Lacan, que perturba a certeza sobre o processo de identificação na estruturação psíquica, quando afirma que o sujeito se constitui sob o olhar do outro. Longe de ser estável e coeso, esse sujeito é dividido, atravessado pela cultura e pelo desejo.

A Psicologia Social ganhou referências teóricas importantes ao incorporar o conceito de gênero e ingressar no rol de saberes que, a partir deste conceito e avançando em uma crítica a ele, problematizam o jogo do poder ao redor das categorias de gênero. Uma destas referências tem sido Judith Butler, uma importante teórica dos estudos queer.

A perspectiva de Butler sobre o gênero como uma ficção cultural e como efeito performativo de atos discursivos reiterativos é uma tese bastante cara a este campo de estudos. Sua crítica ao conceito de gênero e às formulações acerca da identidade de gênero contempla a análise de um conceito bastante conhecido pela Psicologia Social: identidade. Ao analisar o processo pelo qual a identidade de gênero é naturalizada por meio da citação e da repetição discursiva das normas de gênero, as proposições de Judith Butler permitem à Psicologia (mas não apenas a ela) elucidar questões antes ofuscadas, ou pela cegueira cientificista de seu primado da experimentação, ou pela consideração inadequada do gênero como sexo, ou ainda, pela perspectiva dicotômica e inerente ao indivíduo que o gênero ganhou ao ser descolado do organismo.

A teoria das performances de gênero, de Judith Butler, bem como outras teorias do chamado campo queer, permitem ampliar e qualificar analiticamente as reflexões sobre gênero e subjetividade.

Considerando que é por meio da incorporação de práticas discursivas, que se repetem na espontaneidade da vida cotidiana, que sujeitos são produzidos e generificados, exige-se da Psicologia Social um esforço para trabalhar com uma noção bastante complexa de subjetividade. Isso exige da Psicologia um posicionamento menos demagógico enquanto prática discursiva, e mais crítico em relação a seus dispositivos de produção de verdades. Sobretudo, acerca das verdades sobre o que é (ou não é) ser homem, mulher, transexual, etc.

Para finalizar: atualmente, o contexto de diálogo (ou de falta dele) entre estudos feministas e estudos queer, não apenas se restringe significativamente em relação ao peso que as políticas de identidade ocupam no âmbito desta produção de conhecimento. Mas, sobretudo, feministas e queer não concordam absolutamente sobre a eficácia do próprio conceito de gênero como categoria de análise. Ainda que se aproximem em diferentes contextos, inclusive de militância, estudos feministas e estudos queer encontram discordâncias que provocam tensões às quais a Psicologia Social precisa estar atenta.

Publicações de pesquisadores/as em Psicologia Social, vinculados/as a diferentes programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil, bem como algumas teses e dissertações defendidas nos últimos dez anos nessa área têm mostrado que estudos feministas, estudos de gênero e estudos queer têm ocupado cada vez mais espaço nas investigações. Tais estudos têm orientado não apenas as reflexões teóricas das pesquisas, como também, têm possibilitado a invenção de novas metodologias de coleta e de análise dos dados de pesquisa. A consolidação destes estudos no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia no país ampliou significativamente o canal de diálogo entre academia e movimentos sociais ligados às temáticas feministas e afins.

Considerando suas devidas especificidades – seja em relação aos diferentes níveis de interface que estabelecem entre academia e militância, seja pelo peso diferentemente atribuído às categorias analíticas como poder, identidade, ideologia e sujeito; ou ainda, seja pelo maior ou menor caráter político vinculado às teorias – estes campos de estudo têm chamado a atenção da Psicologia Social. Mas apesar das especificidades, há dois pontos em comum entre estes campos de estudo. Pontos os quais a Psicologia Social precisa considerar. Um deles diz respeito ao caráter predominantemente interdisciplinar de seus estudos, o outro refere-se ao compromisso com as problemáticas que emergem dos movimentos sociais, principalmente dos feminismos e dos movimentos LGBT.

No Brasil, diferentemente de outros países, a perspectiva feminista possibilitou a aproximação entre academia e movimentos LGBT, ainda que esta aproximação seja, desde sempre, tensa e contingencial. Neste sentido, e encerro aqui minha fala com esta reflexão, se a perspectiva feminista pode ser considerada o fio condutor das reflexões críticas dos diferentes estudos e de seus desdobramentos teóricos, parece inevitável que a Psicologia Social passe não apenas a atentar para as teorias e para os métodos de investigação feministas, mas que, efetivamente, considere como legítimas as pautas científicas feministas, e que reconheça, de uma vez por todas, o mérito de suas propositoras: as cientistas-acadêmicas-militantes-feministas.